

# "O TRISTE FIM DE EUGENINHA NO ASILO BOM PASTOR": AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS NARRATIVAS SENSACIONAIS DA IMPRENSA CARIOCA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

MARILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

## RESUMO

No final do século XIX, os crimes considerados como de "sensação" começavam a ocupar grande espaço nas páginas dos periódicos cariocas. Seria justamente neste espaço que as trajetórias femininas de Eugênia Brandão e Edina do Nascimento se cruzariam. Com a suspeita de que o marido de Edina a teria assassinado para casar-se com a irmã da vítima, a repórter Eugênia Brandão ingressou em sigilo no Asilo Bom Pastor com o intuito de entrevistar a amante que se encontrava ali internada. Através deste caso, este artigo tem como objetivo analisar como, ao construírem as narrativas de crime, os jornalistas lançavam mão de uma gramática emocional e de uma estética melodramática para criarem diferentes representações de gênero que transgrediam e reiteravam padrões normativos de moralidade até então considerados bem definidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Criminal; Narrativas Sensacionais; Moral; Gênero; Emancipação Feminina.

## ABSTRACT

À la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle, les crimes considérés comme « sensationnels » ont commencé à occuper espaces dans les pages des journaux *cariocas*. C'est justement dans cet espace que les trajectoires féminines de Eugênia Brandão et Edina do Nascimento se sont croisées. Avec le soupçon de que le mari d'Edina l'aurait tuée pour se marier avec la soeur de la victime, la journaliste Eugenia Brandao a essayé d'interviewer celle-ci en cachette dans l'Asylum Bom Pastor où elle s'était internée. Basé sur ce cas, cet article a le but d'analyser comment les journalistes construisaient les récits de crime en utilisant une grammaire émotionnelle et une esthétique mélodramatique pour créer différentes représentations de genre qui transgressaient et réaffirmaient les normes de moralités considérées jusqu'à ce moment comme bien délimitées.

**KEYWORDS:** Presse Criminelle, Récits Sensationnels, Morale, Genre; Féminine Émancipation.

O tema da moralidade e os debates sobre a sexualidade feminina permearam diferentes espaços jurídicos, médicos e religiosos na capital federal do início do século XX. A preservação da virgindade das jovens mulheres, as casas de prostituição e as formas de amor socialmente aceitáveis eram alvo de preocupação de juristas, psiquiatras e policiais que buscavam regular identidades e papéis sexuais<sup>1</sup>. No entanto, em um espaço distinto – e em certo grau menos coercitivo – a temática do lugar social feminino atrelava-se a uma narrativa melodramática. As notícias dos crimes sensacionais traziam nas folhas dos periódicos diários debates sobre conflitos e dramas marcados por questões de gênero que perpassavam a sociedade carioca da Primeira República.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações sociais, que incluíam uma modificação da feição de seus jornais. Os periódicos habitualmente vendidos somente por assinatura, voltados, sobretudo, para propaganda política de grupos bem delimitados, cediam espaço para o nascimento de outras folhas ligadas a empresas comerciais, que passavam a depender muito mais de suas vendas para manter-se<sup>2</sup>. Com a finalidade de atingir a maior quantidade de leitores possíveis, seus diretores patrocinavam uma sensível modificação na temática dos seus noticiários, que se voltavam com mais intensidade para assuntos que alcançassem o interesse de um maior número de compradores. Notícias sobre carnaval, futebol e crimes sangrentos passaram a dominar os impressos da capital federal da Primeira República, evidenciando a transformação por que passavam as gazetas jornalísticas<sup>3</sup>.

Vejamos o caso da história que envolvia Eugênia Brandão, repórter que ingressou no Asilo Bom Pastor, com o intuito de entrevistar a irmã de uma jovem senhora que recentemente protagonizava o noticiário criminal carioca, Dona Edina do Nascimento Silva. Hoje desconhecida, em 1914, a jovem Edina foi encontrada morta com um tiro na cabeça em sua casa pelo seu marido, o tenente Paulo do Nascimento. A morte, que a princípio foi explicada como um suicídio, aos poucos ganhava a suspeita de que teria sido forjada pelo próprio esposo da vítima que planejava secretamente se casar com a irmã da vítima, Dona Albertina do Nascimento. Com a extensa exploração do caso extraconjugal nas páginas dos jornais cariocas, a amante do oficial internou-se no asilo de mulheres com o fim de expiar seu ato. Seria neste local que

<sup>1</sup> Sem a ambição de esgotar as obras presentes nestes campos de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para construção deste trabalho. ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Braziliense, 1988. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora Unicamp, 2000. ROHDEN, Fabiola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>3</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: fevereiro de 1997, nº 14, p. 231-240.

diferentes trajetórias femininas se encontrariam resultando no episódio protagonizado por Eugênia Brandão. O crime que ficou conhecido como *A Tragédia da rua Januzzi* gerou um intenso debate sobre tipos ideais femininos, as formas de amor socialmente aceitáveis e o lugar social das mulheres no Rio de Janeiro da Primeira República. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir do caso que envolveu Eugênia Brandão e Edina do Nascimento, como, nas narrativas dos crimes sensacionais, os jornalistas lançavam mão de uma gramática emocional e elementos melodramáticos para criarem diferentes representações<sup>4</sup> de gênero que transgrediam e reiteravam padrões normativos de moralidade até então considerados bem definidos.

Para tal, analisarei as notícias sobre o caso publicadas nos jornais *Correio da Manhã*, *A Época*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Noite* e *O Paiz*. A escolha por estes periódicos justifica pelo perfil dessas folhas. Enquanto *Correio da Manhã* e *O Jornal do Brasil* eram empresas de maior porte, cujo perfil editorial voltava-se a diferentes temas de grande amplitude social neste momento<sup>5</sup>; *A Noite*, *O Imparcial*, *A Época* eram folhas menores que se dedicavam a temáticas que perpassavam o cotidiano de seus possíveis leitores e que davam grande destaque ao noticiário criminal. Em contraposição, o jornal *O Paiz* configurava-se como uma empresa tradicional e de grande porte, que se voltava para discussões políticas e resistia às novas transformações pelas quais passavam o jornalismo brasileiro do início do século XX<sup>6</sup>. Junto a estas folhas, também foram incorporadas a revista *FonFon* e o periódico *Correio da Noite* pelo destaque dado por estas à empreitada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor.

<sup>4</sup> A produção de representações de gêneros pelos impressos será aqui pensada de acordo com o estudo *Os Best Sellers proibidos na França revolucionária*, desenvolvido por Robert Darnton. Segundo o historiador, os impressos, enquanto veículos de comunicação, ao desejarem inferir significado e criarem representações sociais, dialogavam com os saberes e com uma ordem cognitiva herdada, construindo, mas também recriando representações continuamente como realidade. Desta forma, se o mundo seria uma construção social, organizado em categorias, moldado pelas convenções e colorido por emoções comuns, a construção de significados seria necessariamente uma ação da esfera social. No entanto, ao mesmo tempo em que a imprensa dialogava com determinados valores compartilhados, estruturando relações e identidades, as representações sociais não se caracterizariam de forma nenhuma como imutáveis, pelo contrário, estas possuiriam uma dimensão criativa, sendo compostas de significados constantemente atualizados. Ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>5</sup> BARBOSA, Marinalva. *Historia Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-200*. Rio de Janeiro: MAUD, 2007, p. 20.

<sup>6</sup> Em depoimento o jornalista Armando Peixoto afirmara: "A Noite devia ter uma tiragem maior ainda, por se tratar de um jornal popular, que explorava bastante essa coisa de reportagem policial» (Depoimento de Peixoto, Armando. In: Memória da ABI apud Barbosa, 2007, p. 60). Enquanto o jornal *O Imparcial* criado em 1912, caracterizava-se por ser um periódico que procurava conquistar um público mais amplo de leitores, custando 100 reis e que se colocava em oposição ao governo (SODRÉ, 1997, p. 418). Por sua vez, o jornal *Correio da Manhã* também privilegiava as "notícias policiais e o dia-a-dia dos grupos populares" (Barbosa, 2007, p. 42). Segundo Sodré (1966), em oposição, o jornal *O Paiz* destacava-se por ser um jornal de grande porte que recebia vultosas contribuições por ser aliado ao governo. O jornal resistia às inovações tecnológicas, «com poucos recursos gráficos, com poucas ilustrações, e também davam destaque à literatura» (Barbosa, 2007, p. 47).

Se os debates sobre as representações de gênero ganhavam contornos sensacionais e melodramáticos nos impressos cariocas, cabe-nos analisar, primeiramente, como se constituíam as narrativas jornalísticas destes "crimes de sensação" e sobre que lógicas se desenvolviam a inventividade dos jornalistas que produziram estas notícias na Primeira República carioca.

## Os "crimes de sensação"

A morte de D. Edina foi considerada por alguns jornalistas como um crime que "causava sensação"<sup>7</sup>, constituindo-se como um exemplo das notícias que atraíam o público, "que sempre procurava nas crônicas de crime fortes emoções"<sup>8</sup>. No entanto, o termo "sensação" não era originário da imprensa criminal. Ele aparecia recorrentemente nas descrições dos chamados "romances de sensação"<sup>9</sup> que gozavam de grande popularidade e que eram vendidos a preços módicos no Rio de Janeiro do final do século XIX. O uso da palavra "sensação" teve sua criação na França com os romances de aventura denominados "à sensation", que obtinham grande sucesso de vendas<sup>10</sup>. A adoção do termo no Brasil ocorrera através dos romances traduzidos e importados de Portugal, escritos por Dumas, Terrail e Zola, que também carregavam o adjetivo de sensação no resumo das suas obras<sup>11</sup>.

O noticiário criminal carioca apropriava-se deste termo ao narrar assassinatos, o encontro de corpos desmembrados, mistérios e crimes sanguinolentos, produzindo uma multiplicidade de percepções e emoções que potencializavam as novas facetas da vida moderna. Nas inúmeras notícias de crime davam-se ares sensacionais a todo um complexo contexto urbano, no qual perpassavam elementos que até então eram ainda digeridos pela sociedade carioca do início do século XX. Os avanços científicos nas investigações policiais, os acidentes de trânsito e os grandes assaltos e assassinatos eram fenômenos que tanto se expandiam pela capital federal, como também protagonizavam as seções criminais dos diários cariocas.

O romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, de Lima Barreto – publicado em 1909 a partir de sua experiência como repórter no jornal *Correio da Manhã* – nos oferece algumas pistas acerca das hierarquias e dinâmicas sociais que mobilizavam diferentes profissionais e resultavam na confecção das narrativas sensacionais. O diretor do jornal seria a principal autoridade neste local, a quem os demais profissionais estariam submetidos: "É de santo o que

<sup>7</sup> O DESFECHO de um drama íntimo: O dr. Aristides Caire fala ao 'Correio' e desmente o depoimento de D. Alcina Nabuco, que acusou sua irmã Albertina e o tenente Paulo. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1914, p. 3.

<sup>8</sup> O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

<sup>9</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

ele faz, é de sábio o que ele diz”<sup>12</sup>. Analisando as diferentes colunas presentes no jornal e a posição dos respectivos jornalistas responsáveis, o escritor identificava desde os charadistas, desprezados por repórteres e redatores<sup>13</sup>, considerados como “um amador, um ornamento inútil”<sup>14</sup>; até aqueles responsáveis pelas colunas literárias, “intelectuais, desinteressados que ficavam fora da ação ordinária daquele exército. Nunca se metiam nas polêmicas e não procuravam escândalos”. Atuando para agradar públicos distintos, estes muitos profissionais faziam do jornal um espaço de expressão de muitas vozes.

Dentro dessa diversidade de vozes que Lima Barreto localiza, nas redações, os “farejadores de escândalos”. Estes estariam representados, no romance, na figura de um redator que “tinha uma imaginação doentia, forjava coisa terríveis, inventava, criava crimes.” Era dentro destes grupos que poderíamos encontrar os repórteres de crime que, como Eugênia Brandão, saíam dos espaços das gazetas para investigar os dramas e crimes misteriosos. Inspirados pela leitura de “romances populares” e “folhetins policiais”, os crimes eram construídos ganhando “títulos rocambolcos”, como o “Descampado da morte”<sup>15</sup>. Era assim, com uma narrativa singular dentro das folhas, capaz de dialogar com as outras vozes e perspectivas nela presentes, que se apresentava a cobertura da imprensa a esses crimes de sensação.

O resultado de tal cuidado com os crimes seria, segundo o próprio Lima Barreto, um aumento considerável do interesse do público pelas folhas. Ao narrar no romance o episódio de um assassinato que ganhara considerável espaço no noticiário criminal, o escritor relata que junto à porta da redação aglomerou-se uma multidão ansiosa para saber mais notícias sobre o caso. “Havia gente de toda sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições”<sup>16</sup>. A atração que o público tinha por esse tipo de reportagem era explicada, pelo próprio literato, como fruto da simples manipulação da notícia pela imprensa, que desenvolveria uma escrita apelativa para chamar a atenção da opinião pública. Tal ideia não explica, no entanto, os motivos que levavam este público amplo a se interessar por aquele noticiário. Segundo Kalifa<sup>17</sup>, as histórias de crime, ao serem veiculadas por um dispositivo editorial maciço, entravam nas vidas das pessoas ordinárias suscitando tanto o extraordinário e o inesperado, como relatando um pouco das histórias e problemas vividos por estes próprios leitores. Neste sentido, a articulação entre as categorias de gênero e violência nestas narrativas explicita uma profunda conexão entre o sensacional e o cotidiano e entre as esferas públicas e

<sup>12</sup> BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Braziliense, 1971, p. 102.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid., p. 139.

<sup>16</sup> BARRETO, Lima. op. cit., p. 141.

<sup>17</sup> KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [1 de agosto de 2009]. Rio de Janeiro: *Revista Topoi*. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano.

domésticas<sup>18</sup>. Ao fornecerem ares sensacionais aos dramas e conflitos que marcavam os espaços de domesticidade, os jornalistas criavam "excepcionais banais" que evidenciavam questões de gênero que perpassavam o cotidiano da sociedade carioca da Primeira República. Seria justamente através desta lógica de produção e criação jornalística que os dramas conjugais e a morte de Edina do Nascimento viriam compor as narrativas de "A Tragédia da rua Januzzi".

### De vítima à desprezada

Encontrada morta em casa com um tiro na cabeça, a morte de D. Edina criou um mistério que mobilizou a imprensa criminal carioca: teria a senhora tirado sua própria vida ou teria sido assassinada pelo marido, que para escapar ileso do crime representara toda uma farsa? Através dos depoimentos de familiares e vizinhos, os jornalistas construía um possível fio de Ariadne capaz de elucidar o enigma da *Tragédia da rua Januzzi*. Os testemunhos, cujo eixo de análise eram os conflitos da família Nascimento e Silva, atrelavam-se a elementos melodramáticos que resultavam na construção de dois arquétipos, em que D. Edina era ao mesmo tempo vítima e heroína, e Paulo do Nascimento, vilão e perpetrador. Mesmo no primeiro dia, quando se colocava ainda a possibilidade da ocorrência de um suicídio, o noticiário do jornal *A Época* traçava um perfil da personagem da esposa do tenente enquanto uma mulher bastante bondosa e sensível, que vivia numa situação conjugal atormentadora, incompatível com sua predisposição afetiva ao amor.

"Edina era bondosa, meiga com uma alma extremamente delicada e sensível para um amor forte, delicado e eterno. Repugnava-lhe a mentira e, a todo momento revelava seu receio por uma traição que porventura a pudesse ferir. O seu coração possuía todos os requintes de sensibilidade e de ternura para se entregar de todo uma vez, uma só vez na vida... E no seu olhar quente perpassava também como que a expressão do desejo inflexível de ser amada exclusivamente"<sup>19</sup>.

Em contraposição, o tenente Paulo era descrito como um homem de temperamento forte, sujeito a momentos de ataque de raiva e paixão, incapaz de fornecer a Edina uma relação conjugal marcada por carinho e respeito.

Que diferença também entre Edina e o marido! Paulo era estouvado, as suas inclinações desapareciam logo depois de saciado o desejo passional que as ditava. (...) Recriminava-lhe o procedimento arremessava-lhe à cara as suas mentiras

<sup>18</sup> Das, Veena. Violence, Gender and Subjectivity. *The Annual Review of Anthropology*, nº 37, 2008, p. 283-299.

<sup>19</sup> UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: assassinio ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p. 5.

constantes e as suas traições e – isto dia a dia no meio de crises convulsivas de lágrimas<sup>20</sup>.

A utilização de uma linguagem hiperbólica, que dava luz a cenas provavelmente imaginárias dos dramas vividos pelo casal, aproximava-se de um estilo de narrativa melodramático que optava por uma polarização dos personagens: sendo a vítima, sensível e meiga e o seu marido, um homem agressivo e insensível. A dicotomia entre vilania e virtude é uma característica principal de um sistema ficcional melodramático<sup>21</sup>. Nos melodramas clássicos, o vilão seria a negação da virtude, uma pessoa essencialmente má, por dissimular, trair e desfazer a ordem moral<sup>22</sup>. Esta personagem, enquanto uma personificação do mal, era desprovida de uma complexidade ou nuances psicológicas capazes de explicar seus atos.

O melodrama, enquanto um sistema ficcional capaz de converter experiências caóticas em dramas morais significantes<sup>23</sup>, teve seu início localizado no início do século XIX, em pequenos teatros marginais frequentados pela classe trabalhadora nas cidades de Londres e Paris<sup>24</sup>. Na primeira metade do século XX, o melodrama se expandiu rapidamente para além do teatro para compor também um estilo ficcional popular. Como um sistema narrativo capaz de fornecer significado a um determinado tipo de experiência, este se constituiu enquanto uma estrutura primária imaginativa capaz de atingir um amplo constituinte social<sup>25</sup>. A transposição do melodrama nos romances detetivescos foi sinalizada por Kalifa, ao analisar *L’Affaire Lerouge*, escrito por Émile Gaboriau, e identificar que mesmo nestas narrativas detetivescas, marcadas por um “princípio dedutivo de intermináveis divagações e narrativas retrospectivas”, haveria uma influência do “melodrama tradicional”<sup>26</sup>, devido ao desenvolvimento de uma “intriga sentimental em um dos capítulos”<sup>27</sup>. Para o autor, esse tipo de narrativa híbrida demonstraria formas transitórias, nas quais o estilo literário policial apareceria progressivamente junto a clássicos dramas sentimentais, presente em narrativas populares melodramáticas. Tal estilo literário adquiria cada vez mais espaço no mercado editorial carioca no final do século XIX. Obras como *A Noiva do assassinado*, publicada em 1897, assinada por Maria das Dores, ganhavam destaque por justamente associar histórias de crimes misteriosos com uma narrativa típica do melodrama<sup>28</sup>.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination: Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess*. Yale: Yale University Press, 1995, p. 33.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> WALDOWITZ, Judith R.. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 83.

<sup>24</sup> WALDOWITZ, 1992, p. 86.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> KALIFA, Dominique. *L’encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*. Fayard, 1995, p. 30

<sup>27</sup> Ibid., p. 31.

<sup>28</sup> A análise sobre a obra *A Noiva do assassinado* encontra-se na tese de doutorado de Ana Porto, *Novelas Sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Nesta obra a autora

A escolha pela construção da história da *Tragédia da rua Januzzi* a partir de uma dramaturgia do excesso, sem meias articulações, encontra-se presente, principalmente, nos periódicos que buscavam atrair um público mais amplo de leitores – como *A Noite*, *A Época*, *O Imparcial*, *Correio da Manhã* – e que concediam grandes espaços de suas folhas às notícias de crime<sup>29</sup>. Na medida em que os repórteres desenvolviam narrativas com tons melodramáticos com intuito de atrair um maior número de leitores, estes também construíam personagens cuja vilania e virtude dependiam de seus papéis desempenhados na instituição matrimonial.

Na virada do século XIX para o XX, juristas e médicos consagravam a instituição do casamento como um espaço legítimo das práticas amorosas e sexuais em detrimento das relações extraconjugais de amasiamento e dos amores que se estendiam às casas de prostituição. O casamento canalizaria as práticas sexuais para um terreno do sadio e estável, longe dos amores promíscuos e recorrentemente associados a doenças e desequilíbrios. Mesmo na nação brasileira republicana, na qual o Estado configurava-se como laico, a herança dos valores católicos perpetuava concepções de matrimônio como uma união sagrada e indissolúvel. Na medida em que as mentiras e agressões de Paulo do Nascimento contribuíam para instabilidade da instituição do matrimônio, o oficial ganhava contornos de vilania nas páginas dos periódicos por justamente renegar o amor de sua esposa e macular a instituição do casamento.

Com o passar dos dias, a caracterização da vilania do tenente Paulo cedia espaço a uma segunda versão da tumultuada vida do casal, demonstrando uma disputa simbólica acerca da figura dos protagonistas dentro das próprias narrativas dos "crimes de sensação". *O Jornal do Brasil* publicou na íntegra, em caráter exclusivo, o primeiro depoimento do tenente Paulo, no qual este afirmou que "sempre tiveram rixas constantes" e "nessas discussões sua mulher usava de frases pesadas", "ferindo seus brios de homem"<sup>30</sup>. Dizia ainda que, em certa ocasião, "sua mulher passou das palavras à ação, agredindo-o com um vidro vazio, que lhe produziu uma ligeira escoriação na asa do nariz e por outra vez atirou-lhe uma escova de roupa que não alcançando o alvo foi cair na rua"<sup>31</sup>. Mesmo afirmando que "todos estavam propensos a acreditar que se tratava de um assassinato", o *Jornal do Brasil* caracterizava D. Edina como uma vítima que possuía um temperamento irascível, sendo capaz de agredir verbal e fisicamente seu marido. O gênio difícil de sua mulher causaria problemas até com seu irmão, Aristides do Nascimento, que segundo o tenente,

---

busca compreender a constituição de um gênero de literatura de crime nas capitais carioca e paulista, que possuía uma estreita relação com os folhetins e notícias de crimes publicados na imprensa e com a circulação de uma literatura internacional deste gênero.

<sup>29</sup> BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>30</sup> TRAGEDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

<sup>31</sup> Ibid.

neste mesmo dia “arremessou um prato em represália a uma ofensa grave que ela lhe dirigiu”<sup>32</sup>.

A imagem de uma mulher agressiva ganhava ressonância em outros jornais através da publicação de testemunhos de familiares do tenente Paulo. O temperamento irritadiço de Edina também foi retratado pela folha *A Noite* que publicou o testemunho de dona Amélia Lemos, falando sobre o gênio de sua nora. Edina muitas vezes “insultava-o [seu marido] e a ela informante, com palavras injuriosas e obscenas. (...)”<sup>33</sup>. E, apesar de seu filho tentar lhe fazer ver o inconveniente do seu insulto, Edina lhe respondeu, que “a mãe dela era morta, ao passo que a dele era viva e que em desagravo, podia esbofeteá-la”<sup>34</sup>.

Através da publicação dos depoimentos de Amélia Lemos e do tenente Paulo, os jornais *A Noite* e *o Jornal do Brasil* construíam uma representação de Edina a partir de um vocabulário de desprezo. A personagem da esposa de Paulo era marcada pela vulgaridade e pelos modos obscenos e agressivos, tornando-se desmerecedora de respeito por aqueles que a observavam. A tentativa de rebaixar a figura de Edina enquanto uma vítima ainda era tecida por “sua nora nas pequenas coisas procurar sempre contrariar seu filho, ora fazendo os alimentos contrários aos que ele pedia, ora substituindo esses por outros, de forma sempre a contrariá-lo”<sup>35</sup>. Desta forma, além de uma mulher vulgar e agressiva, Edina não cumpria seu papel de esposa, utilizando-se até das tarefas domiciliares para desagradar seu marido.

Pensando uma interface entre a mobilização de uma gramática emocional e as ações sociais dos jornalistas, podemos perceber como a opção por um vocabulário de desprezo evidenciava um esforço das folhas em hierarquizar tipos femininos a partir de atribuições negativas que caracterizavam a personagem preterida<sup>36</sup>. Ao colocarem o temperamento agressivo e o uso de um linguajar vulgar como centrais pelo mal estar do seu casamento, as folhas contrapunham Edina a um ideal de feminilidade formado pela docilidade e submissão, correspondente ao lugar social atribuído às mulheres no sistema social patriarcal. A seleção de vocábulos que pretendiam desmerecer e negligenciar Edina por suas posturas morais coincidia com uma tendência jurídica marginalizadora, recorrente na Primeira República, que exigia

---

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

<sup>34</sup> Ibid., p. 3.

<sup>35</sup> Ibid., p.3.

<sup>36</sup> Pensando a interface entre o sentimento de desprezo e ações sociais, Ian Miller demonstra como a mobilização de vocábulos de desprezo estaria ligada à construção e reiteração de hierarquias sociais presentes numa sociedade. Segundo o autor, o sentimento de desprezo teria como dimensão social o desejo de rebaixar o seu objeto, seja por características físicas ou morais, construindo hierarquias sociais a partir da atribuição negativa e o rebaixamento daquele que seria preterido. Ver: MILLER, William Ian. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Havard University, 1997.

das ofendidas a comprovação de uma conduta honesta para que fossem merecedoras do apoio e proteção da Justiça<sup>37</sup>.

Em contrapartida, através dos depoimentos de D. Albertina e D. Amélia Lemos, o tenente Paulo aparecia nestas folhas, como um homem com "um coração bondoso", "dócil e meigo", cuja "situação sua mulher o colocou; tornando-o irascível e arrebatado"<sup>38</sup>. Ao aguentar os rompantes agressivos de sua esposa que o transtornava emocionalmente, Paulo era transformado de um suspeito de assassinato para um personagem digno de piedade, por se encontrar em um casamento infeliz e conturbado. A oposição de Edina enquanto uma mulher agressiva frente a um marido doce e bondoso demonstra como através dos testemunhos de parentes, as folhas jornalísticas teciam um jogo de compaixão e desprezo que isentava o oficial da responsabilidade da morte de Edina, transformando sua esposa enquanto artífice de seu próprio sofrimento.

Nos campos médico, jurídico e até mesmo da imprensa, o esforço de preservação dos valores do patriarcado percorria os debates sobre crimes sexuais e de paixão, no processo de determinação de culpa e inocência dos indivíduos envolvidos<sup>39</sup>. A necessidade de que as mulheres envolvidas nos crimes comprovassem que se encaixavam num padrão de honestidade – passado e presente aos delitos – encontrava ressonância no sistema judiciário, sobretudo, nos casos de estupro, atentado ao pudor e nos crimes passionais. De forma que, em diálogo com as esferas jurídicas e médicas, as narrativas dos "crimes de sensação" discutiam valores morais mais amplos da sociedade que extrapolavam o julgamento do delito em si. De acordo com o jornal *O Paiz*, a morte de D. Edina representava "o desaparecimento da figura mais sagrada do lar: a mãe"<sup>40</sup>. Através da narrativa da quebra de padrões normativos de moralidade que perpassavam as figuras e os conflitos entre o tenente Paulo e D. Edina, os jornais legitimavam um ideal de feminilidade, doce e passivo, considerado essencial para manutenção da instituição familiar.

120

### **"O triste fim de Eugeninha"**

No entanto, se as representações da personagem de Edina vinham justamente reiterar valores sociais patriarcais, o caso da *Tragédia da rua Januzzi* abria espaço também para a atuação de uma outra figura feminina que já anunciava fraturas e questionamentos dos padrões normativos de gênero presentes na sociedade carioca da Primeira República. Com a descoberta do caso extraconjugal entre a irmã e o marido de Edina, os jornalistas não

<sup>37</sup> ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>38</sup> UMA TRAGÉDIA de sangue na calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso. *A Época*, 27 de janeiro de 1914, p. 3.

<sup>39</sup> ESTEVES, op. cit., p. 28.

<sup>40</sup> A DERRADEIRA contenda: o misterioso caso da rua Januzzi ainda não foi apurado. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

poupavam matérias que relatavam detalhes da relação amorosa que ocorria na própria residência onde habitava a vítima. Devido à grande exposição, Albertina do Nascimento decidiu internar-se no Asilo Bom Pastor, suscitando diferentes estratégias dos jornalistas que desejavam entrevistar a amante do tenente Paulo. A correspondente do jornal *A Rua*, Eugênia Brandão, protagonizou um episódio singular neste momento. Declarando estar desgostosa com a vida após um romance malsucedido, a jornalista decidiu internar-se no Asilo Bom Pastor para dedicar-se à vida religiosa. O “triste fim de Eugênia” foi relatado por alguns periódicos, como o *Jornal do Brasil*<sup>41</sup>, que informaram com pesar a decisão da jovem repórter de abandonar sua carreira ascendente. No entanto, o ingresso no convento não passava de um ardil, criado pela própria jornalista para conseguir entrevistar a amante do tenente Paulo.

A arriscada tentativa quase se tornou um fracasso. Dias antes de sua entrada no asilo, Paulo havia retirado sua amante do internato, com o intuito de se casarem. Sem encontrar Albertina, Eugênia decidiu interpelar outras mulheres internadas, com o objetivo de publicar suas impressões sobre a vida no claustro religioso e os dramas que as teriam conduzindo ao Asilo Bom Pastor<sup>42</sup>. Porém, a repórter enfrentou uma segunda adversidade. Ao entrar no internato, teve que entregar todos seus objetos às freiras, inclusive sua máquina fotográfica e cadernos de anotações. A empreitada da jornalista foi interrompida pela denúncia do repórter do *Correio da Noite*<sup>43</sup>, Emílio Alvim, que se dirigiu pessoalmente ao convento para desmascarar Eugênia<sup>44</sup>. Com a denúncia, a jornalista questionada pelas madres superiores foi convidada a retirar-se do local<sup>45</sup>.

A tentativa frustrada da repórter foi objeto de pilhéria no *Correio da Noite*. Através de uma matéria publicada na primeira página do jornal, Emílio Alvim desdenhava do esforço de Eugênia, qualificando a tentativa do “furo” jornalístico, como um “furo furado”<sup>46</sup>. Enquanto todos ainda acreditavam que a repórter permanecia enclausurada no asilo por motivos pessoais, Alvim afirmou

<sup>41</sup> UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

<sup>42</sup> O jornal *O Imparcial* publicou uma matéria no dia 16 de maio de 1914, elogiando o feito da companheira de trabalho, Eugênia Brandão.

<sup>43</sup> De acordo com Magalhães Junior na obra *O fabuloso Patrocínio Filho, O Correio da Noite* era um jornal impopular, de propriedade de Victor da Silveira, deputado heremista e, portanto, defensor extremado do governo vigente.

<sup>44</sup> A VIDA dos conventos: Impressões e aventuras da Eugênia que preferiu o misticismo da cela à vida intensa da reportagem. *O Imparcial*, 16 de maio de 1914, p. 3.

<sup>45</sup> A coleção do jornal *A Rua* referente ao mês de abril e maio de 1914 encontra-se desaparecida no Acervo da Biblioteca Nacional. Após conversar durante meses com os bibliotecários da instituição – que se mostraram bastante solícitos – obtive como resposta que infelizmente os números relativos às reportagens de Eugênia estariam perdidos dentro da própria biblioteca. No entanto, se as matérias sobre o Asilo Bom Pastor se encontram perdidas, ainda é possível recuperar a repercussão do seu ato frente à comunidade jornalística.

<sup>46</sup> Eugênia foi para um convento! Mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p. 1.

que esta só conseguira se passar como asilada por 48 horas, sem máquina fotográfica e sem conseguir entrevistar D. Albertina.

Há pouco, surgiu uma outra "reportisa", na imprensa carioca: a Exma. Sra. D. Eugênia Brandão, brasileira. Hábil? Afirmam, os que lhe sabem o mérito que sim. Mas, hábil ou não, temos o desgosto profundo de ir hoje prejudicá-la em uma reportagem de sensação, que deve ter feito no Asilo do Bom Pastor. Perdoemos a prezada colega, mas antes que a qualquer motivo de cavalheirismo ou de ética jornalística precisamos atender à nossa boa figura de jornal moderno<sup>47</sup>.

A ironia presente no texto não ocorria de forma aleatória. Ao contrário, colocar o acento cômico em uma situação revelava mais do que uma ação controversa do jornalista, mas uma temática social sensível que merecia uma abordagem mais leve para tornar-se passível de expressão<sup>48</sup>. O deboche presente na matéria de Emílio Alvim vinha justamente tocar em um elemento chave da sociedade carioca do início do século XX: o avanço das mulheres no mercado de trabalho e as demandas de igualdade de gênero. Utilizando-se do recurso de linguagem da ironia, o repórter afirmava que o exemplo de Eugênia Brandão demonstrava como iniciativas femininas no universo da imprensa carioca podiam ser malsucedidas e constrangedoras. A pilhéria procurava justamente ridicularizar a ação de Eugênia, colocando em questão a capacidade de equidade das mulheres em meios profissionais até então dominados por profissionais homens.

A reportagem de Alvim teve como respostas entrevistas de Eugênia publicadas em outros jornais, como *A Época* e *O Imparcial*, criticando a falta de companheirismo dos colegas de imprensa que a teriam denunciado às freiras do Asilo<sup>49</sup>. A folha *A Época* elogiava o risco corrido pela profissional, considerando-o "positivamente um gesto americano." A ideia da educação à americana para mulheres ganhava aos poucos espaço na sociedade carioca da Primeira República, causando polêmica pela entrada de moças em espaços até então ocupados por homens, sobretudo, no mercado de trabalho.

Era uma nota ousada, do nosso jornalismo, positivamente um gesto americano, afirmando ainda por cima uma tendência da nossa mulher para o feminismo, pois que a mulher brasileira aos poucos vai acentuando a sua energia e a sua coragem, tomando a vida de trabalho, ora como empregada pública, ora como agente de anúncios, ora como datilógrafa e agora como "repórter!"<sup>50</sup>

<sup>47</sup> Eugênia foi para um convento! Mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p. 1.

<sup>48</sup> MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 19.

<sup>49</sup> JUNIOR, Magalhães R. *O Fabuloso Patrocínio Filho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 104.

<sup>50</sup> O FEMINISMO triunfa entre nós. *A Época*, 16 de maio de 1914, p. 2.

A mulher educada “à moda americana” associava a ideia de progresso de uma nação civilizada à formação de uma mulher decidida e independente<sup>51</sup>. Segundo este trecho d’ *A Época*, os gestos americanos seriam uma tendência que se acentuava na mulher brasileira, um sintoma do ingresso da nação na era da civilização. Diferente da personagem de Edina do Nascimento, o episódio protagonizado por Eugênia Brandão dava espaço nos periódicos para construção de uma figura feminina que não seria baseada em seu papel social no matrimônio. A reportista com sua arriscada empreitada jornalística já vivenciava um novo *ethos* feminino que ecoava nas vozes de outras mulheres feministas. O andar só na rua, a liberdade sexual, o direito ao voto feminino, assim como o ingresso no mercado de trabalho, eram bandeiras, que se na década de 1920 ganhariam destaque através de personagens como Pagu e Tarsila do Amaral, neste momento já começavam a ser discutidas por mulheres da primeira década do século XX. Apesar da presença de outras cronistas na imprensa - como Carmem Dolores e Julia Lopes de Almeida<sup>52</sup> - Eugênia era até então uma das primeiras repórteres mulher na sociedade carioca, merecendo a criação do neologismo de “reportista” para sua função<sup>53</sup>.

A jornalista também foi objeto de crítica pela revista *Fon-fon*<sup>54</sup>, semanário ilustrado que se considerava uma revista moderna e abria parte de seu editorial para assuntos voltados ao público feminino. Segundo a revista, a proeza de Eugênia que causara sensação no público leitor em nada teria de grandioso. Pelo contrário, seria mais uma entre as reportagens sensacionais que passariam e cairiam dias depois no esquecimento do público leitor<sup>55</sup>. A revista publicou três fotografias da repórter: uma vestida como asilada, outra varrendo o chão do Asilo Bom Pastor e uma última, na redação da revista, portando seus trajes de repórter.

<sup>51</sup> CAULFIELD, Sueann. op. cit., p. 141.

<sup>52</sup> Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Bandeira de Melo, foi uma escritora atuante entre o final do século XIX e início do XX que defendia em seus escritos tema como a emancipação feminina e a legalização do divórcio. Da mesma forma, Julia Lopes de Almeida, considerada a George Sand brasileira, dedicou parte de seus contos e livros à temática da condição feminina. Sobre Julia Lopes ver: LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934), *Cadernos de Pagu*, nº12, p. 275 -299, 1999.

<sup>53</sup> JUNIOR, Magalhães R. *Op. cit.*, p.102.

<sup>54</sup> Sobre a revista *Fon-fon* e a construção de representações da modernidade e do feminino em suas páginas, ver MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselle, melindrosas: "feminino" e modernidade na revista Fon-fon (1907-1914)*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2010.

<sup>55</sup> UMA REPORTAGEM sensacional. *Fon-fon*, ano 8, n.21, 23 de maio de 1914, p.46.



Fotografias forjadas pela repórter Eugênia Brandão.  
Revista Fon-fon. 23 de maio de 1914, p. 46.

As fotos publicadas pela revista *Fon-fon* sofreram duras críticas de partes de alguns jornais. A folha *O Paiz* que já elogiara Eugênia, afirmando que esta introduzia "uma colaboração deliciosa"<sup>56</sup> à imprensa, apresentou um julgamento um tanto duro à repórter. Em uma coluna assina por Myosotis, a ação da jornalista foi considerada "um delírio, menos de máscula reportagem, que de bisbilhotice bem feminina..." A crítica da folha residia, principalmente no uso de trajés masculinizados pela jornalista, compreendidos enquanto esforços de renúncia do lugar social "feminino" ao qual pertencia.

124

Repare junto comigo leitores e principalmente as leitoras e vejam se a graciosa "repórter" não parece um minhoto "mal amanhado", um rapaz deselegante e até, Deus me perdoe... um tipo vestido às pressas, um ator de terceira ordem em teatro por sessões!

Que me desculpe a novel repórter, mas o chapéu masculino não lhe assenta, assenta-lhe tão mal quanto mal lhe ficou a reportagem sensacional (?) que fez! (...)

Para que, pois essa inútil tarefa de entreter o público com narrações mais ou menos fiéis, mais ou menos verídicas, de um lugar de trabalho, dor e expiação?!

Em todo caso... filosofemos: eu prefiro a Eugênia Brandão de avental e vassoura, à mesma senhorita de chapéu de homem e usando com a maior "gaucherie" os trajés de repórter de saias<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> O PAIZ, 14 de fevereiro de 1914, p. 3.

<sup>57</sup> MYOSOTIS. Simples Reparos. *O Paiz*, 30 de maio de 1914, p. 2.

A crítica do colunista do jornal *O Paiz* demonstrava uma resistência à participação de mulheres no campo da imprensa. Ao se deixar fotografar, Eugênia causava controvérsia por simbolicamente mesclar sua identidade feminina com elementos masculinos: o chapéu e a gravata. A proposta da repórter pode ser lida como um esforço de demonstração simbólica do ingresso de mulheres em um campo profissional até então dominado por homens, além de transgredir um estereótipo feminino marcado pela fragilidade e docilidade, como vimos nas representações produzidas em torno da figura Edina do Nascimento. Ao afirmar sua preferência por Eugênia de avental e vassoura, o jornalista da folha *O Paiz* buscava reforçar padrões de comportamento que deveriam corresponder à identidade masculina e feminina no sistema patriarcal, atribuindo práticas domésticas a um domínio feminino e a esfera do trabalho a um domínio masculino. A roupa masculinizada de Eugênia era uma transgressão por justamente tornar difusas identidades sexuais e padrões comportamentais que até então se encontravam bem definidos.

De fato, a postura de Myosotis colocava em destaque uma contradição presente na nascente sociedade liberal brasileira do início do século XX. Mesmo frente aos postulados de igualdade social, a separação entre objetos e sujeitos que pertenceriam aos universos públicos e privados evidenciava uma questão conceitual que inferia nos moldes de consolidação de sua sociedade civil. Carol Pateman<sup>58</sup> localiza em textos fundadores do Estado nação, como nas raízes discursivas contratualistas do Estado liberal seria criada uma dicotomia entre um universo público – o espaço do debate político, da lei, da cidadania e da igualdade - em oposição ao mundo privado – da emoção, da sujeição natural e do amor. A própria constituição do Estado e a delimitação das ações e indivíduos que atuariam na esfera pública resultariam na criação de uma concepção de cidadania fragmentada. Devido à capacidade de procriação, mulheres e, conseqüentemente, a instituição familiar seriam consideradas como pertencentes a um estado natural, oposto ao modelo de sociedade civil contratual e racional. Desta forma, os próprios conceitos de indivíduo e cidadão seriam masculinizados, tornando o universo doméstico deslocado da ação estatal, assim como suas relações, conflitos e personalidades fundantes: as mulheres. Através dessa formulação teórica em muito já naturalizada, que figuras femininas destoantes deste modelo dicotômico – como a repórter Eugênia Brandão – se tornariam alvo de crítica ao ingressarem em universos sociais masculinos.

A aproximação entre a alegoria do contrato social e os debates de gênero mostra como os estudos femininos para além de avanços narrativos sobre personagens que se encontravam à sombra do campo historiográfico, situam-se em reflexões sobre a própria natureza política do estado e a emergências de forças que regulavam as relações entre homens e mulheres. Neste sentido, a historiada John Scott nos oferece uma chave interessante de leitura, ao contestar uma história das mulheres que partiria de "uma pertinência

<sup>58</sup> PATEMAN, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1995.

das oposições binárias entre homens e mulheres<sup>59</sup> e resultaria em narrativas descritivas das proezas daquelas que até não se faziam presentes nos discursos historiográficos. Ao enfrentarmos a real natureza política de uma história escrita nesses termos, percebemos como a simples equiparação de feitos femininos a masculinos não somente reproduziriam binômios dicotômicos como público/privado, mas ignorariam as relações de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e de poder. Desta forma, as disputas de representação que giravam em torno da personagem de Eugênia Brandão evidenciam não somente uma excepcionalidade em um universo patriarcal, mas fraturas e questionamentos nas relações sócio-políticas e nas representações de poder enraizadas nos primados liberais e republicanos brasileiros.

No entanto, a maior polêmica sobre a reportagem de Eugênia seria ainda com o jornal *Correio da Noite*. Buscando aproveitar-se da polêmica que o "furo" de reportagem de Alvim gerara, o jornal lançou uma última, porém não menos hilariante e provocante matéria, sobre a empreitada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor. Sob a manchete "Era uma vez nosso companheiro. Emílio fez como Eugênia... mas ficou no convento"<sup>60</sup>, o jornal anunciava o desaparecimento do repórter Alvim que não comparecera ao serviço naquela manhã, deixando companheiros e familiares em grande agonia. Segundo a folha, o repórter decidira abandonar a vida mundana e ingressar no Asilo Bom Pastor como noviça, gerando uma última reportagem em ataque à reportisa. Através de uma suposta carta de despedida de Emílio, a folha narrava a despedida do repórter do universo mundano.

126

Perdoem a minha fraqueza de espírito. Mas o mundo é mesmo um vale de lágrimas! É muito triste a vida ai fora. (...) Já não sou mais criança. A morte pode surpreender, de repente, e fazer baquearem no túmulo, as minhas energias físicas já bem gastas.

Estive metido em uma empreitada bem difícil. Provar que havia "reporters" no Rio que não pertenciam à classe dos evidentes, dos que concorrem com o incógnito dos agentes secreto de policia. Foi uma triste lição!<sup>61</sup>

Pedindo desculpa pela sua "fraqueza de espírito", após a polêmica na qual se envolvera para provar que uma repórter agia como uma agente secreta da polícia no convento, o jornalista descreveu o estado de alucinação em que ficara após as ameaças dos novos inimigos que criara. Via repórteres de lápis em punho recriminando-o pelo ato que cometera, objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam criando um cenário de terror que o impedia de dormir.

<sup>59</sup> SCOTT, Joan W.. "Women's History". In: Past and Present, 101, p. 141-157. Republicado em Gender and the Politics of History. New York, Columbia University Press. 1988, p. 26-27.

<sup>60</sup> ERA UMA vez... Nosso companheiro... *Correio da Noite*, 18 de maio de 1914, p. 3.

<sup>61</sup> Ibid.

A noite de sábado passei toda em claro. O sono, por mais forte terrorista me escaldava o cérebro. Eu via, em torno de mim, "repórteres" e "repórteres", de lápis em punho, arrancando-me satisfações do feio crime que cometera, anotando-me os erros de sintaxe, rindo sarcasticamente da minha situação de Judas arrependido. Objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam e apanhavam a desolada carranca, para a exporem depois à execração universal. Era horrível!

Através desta reportagem, Emílio Alvim ridicularizava as declarações agressivas de Eugênia a outros diários cariocas. O "furo" conseguira trazer distinção ao jornalista, que se mostrava mais ágil e inteligente que a colega, por ser capaz de descobrir informações secretas e expô-las ao público leitor. Para além de divertida, a agressividade da contenda entre os jornalistas iria ainda um pouco mais além. Na reportagem, Emilio narrou como foi recebido como "primeiro ovelhinho", recebendo um uniforme de asilada que lhe causou tanta felicidade que o repórter se esqueceu de retirar a cartola. A folha publicou uma montagem de um desenho de um corpo de uma mulher vestida com um uniforme de asilada do convento do Bom Pastor, junto à cabeça de Emilio, portando uma cartola.

127



Paródia do jornal *Correio da Noite* com o feito de Eugênia Brandão. 18 de maio, p. 3.

As paródias das fotografias mencionadas referem-se às imagens de Eugênia Brandão publicadas pela revista *Fon-fon* – e provavelmente n' *A Rua* – nas quais a repórter posara com um uniforme de asilada e varrendo o chão do convento. Como a jornalista tivera sua máquina fotográfica confiscada ao entrar no asilo, esta tentara recompensar a ausência de retratos, publicando fotografias retiradas posteriormente. Desta forma, Emílio debochava da tentativa da colega de profissão de mascarar a ausência de imagens, forjando

grosseiros retratos. O repórter concluiu sua reportagem, contando que naquela mesma noite já tinha sido precocemente consagrado "irmão" e recebido o hábito de irmã do Bom Pastor. Apesar de não poder contar detalhes do seu dia, "pois sua carta estava sendo escrita sob a censura da irmã superiora", o repórter enviava uma segunda fotografia, vestido com o hábito religioso. A segunda montagem publicada pelo jornal era o rosto do repórter em um corpo de uma freira portando um hábito.



Paródia do jornal *Correio da Noite* com o feito de Eugênia Brandão (2).  
18 de maio de 1914, p. 3.

128

A montagem feita pelo *Correio da Noite* demonstra como a disputa entre os jornalistas passava ainda pelo debate da moralidade. Uma vez que o asilo religioso foi o local onde se desenrolara a empreitada da jovem repórter, os jornalistas lançavam mão de uma linguagem humorística e socialmente aceitável para lidar com a temática sensível dos valores católicos na sociedade carioca da Primeira República. Sem nenhuma intenção blasfematória, o uso do humor na reportagem dessacralizava elementos tradicionais católicos para justamente ridicularizar a empreitada de Eugênia Brandão<sup>62</sup>. Neste sentido, percebemos como os debates que perpassariam questões de gênero não estariam isolados das amplas disputas políticas e de poder. Ao contrário, a categoria de gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos"<sup>63</sup> põe em evidência como estas diferenças se fundavam em símbolos culturalmente disponíveis, expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas. Ao elaborarem uma montagem que mesclava a fotografia de Emílio Alvim com símbolos religiosos femininos – o hábito e o uniforme de asilada – a depreciação de Eugênia Brandão passava justamente pela mistura de elementos de identidades masculinas com femininas/religiosas. Considerando

<sup>62</sup> Sobre o uso do humor em temáticas religiosas, ver: MINOIS, op. cit., p. 565.

<sup>63</sup> SCOTT, J.W.. Gênero como categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 14.

que a formação de identidades de gênero binárias identifica o masculino e o feminino como termos opostos, a concomitâncias destes símbolos em um mesmo indivíduo tornam-se objetos de escárnio, por “estes poderem conviver um com o outro, mas nunca um no outro”<sup>64</sup>. Os atributos considerados femininos seriam positivos se presentes em mulheres, mas desqualificavam e tornavam em objeto de escárnio os homens que os apresentavam. Logo, ao criarem uma imagem cujo humor residia na ridicularização de um homem por este apresentar concomitantemente elementos identitários femininos e religiosos, a folha buscava igualmente ridicularizar tanto a atuação profissional de Eugênia Brandão, assim como, o avanço feminino nos espaços de trabalho tradicionalmente masculinos.

## Conclusão

Os ataques à repórter nas páginas do *Correio da Noite*, por mais que sejam leituras divertidíssimas, nos demonstram como o terreno dos “crimes de sensação” não eram apenas espaços anedóticos e sangrentos da imprensa, mas campos férteis para as disputas e debates sobre temas que marcavam a modernidade. As notícias de crimes encerravam em si mistérios que eram confeccionadas por jornalistas com o intuito de atrair leitores através da revelação de informações secretas capazes de elucidar os crimes em questão. No entanto, a busca desenfreada por notícias, em última instância, deveriam atender as demandas do público leitor, trazendo temas que seriam sensíveis e de interesse dos seus consumidores. Se por um lado, a representações de vilania e virtude das personagens de Edina e Paulo do Nascimento giravam em torno do cumprimento do seu papel na instituição do matrimônio; por outro, a personagem de Eugênia Brandão gerava críticas justamente por transgredir um ideal feminino marcado pela docilidade, restrito à esfera da domesticidade. As disputas simbólicas que perpassavam estas duas figuras femininas centrais na história da *Tragédia da rua Januzzi* demonstram tanto reiterações quanto questionamentos de um sistema patriarcal que já se mostrava em decadência. Desta forma, a naturalização de um gosto sórdido dos leitores pelos chamados “crimes de sensação” mascara a complexidade deste tipo de fenômeno social. Através destas notícias podemos ver, como atreladas a estratégias narrativas atraentes, estas reportagens se tornavam sedutoras por justamente levantarem debates sensíveis que tanto reafirmavam valores de um sistema patriarcal, quanto iluminavam as transgressões e fissuras que perpassavam as relações de gênero da sociedade carioca do início do século XX.

---

<sup>64</sup> TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jan- jun. 2005, p. 127-15.

### **Sobre a autora**

Marília Rodrigues de Oliveira é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), mestre pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com a dissertação "'A tragédia da rua Januzzi': narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República" (2014). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica. E-mail: [mariliarodrigues@hotmail.com](mailto:mariliarodrigues@hotmail.com).

*Recebido em 28 de fevereiro de 2015.  
Aprovado em 16 de maio de 2015.*